

A CRÔNICA DO SONHO IMPERIAL PORTUGUÊS*

Ana Marcia Alves Siqueira**

RESUMO

*As conquistas ultramarinas constituem uma das motivações para o século XVI ser considerado a “época de ouro” das novelas de cavalaria portuguesas. Para compreender essa relação, analisamos a novela **Crônica do Imperador Clarimundo**, que expressa a dualidade que presidiu a Renascença portuguesa: valorização do espírito greco-romano e ebulição de uma épica fortemente arraigada nas tradições do passado luso. A obra evidencia o propósito de manter vivo um ideal condensado na figura do cavaleiro, protótipo de perfeição moral e física. Quando todas as atenções estão voltadas para a apologia da Pátria, novos ingredientes são acrescentados a esse ideal que, alimentado com um corpo de idéias didático-moralísticas, procura fornecer uma diretriz ao homem do tempo.*

PALAVRAS-CHAVE: *Épica. Império português. Novelas de cavalaria. Renascença.*

Quando se fala em novelas de cavalaria, pensa-se imediatamente naquelas situadas, cronologicamente, no período medieval. Contudo, no caso da Península Ibérica e, mais especificamente, de Portugal, embora seu cultivo e

* Palestra apresentada no I Encontro de História Antiga e Medieval do Maranhão, realizado na Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, em novembro de 2005.

** Professora da Universidade Norte do Paraná. Mestre em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/campus de Araraquara) e doutoranda em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: anaemar2003@yahoo.com.br

POLITEIA: Hist. e Soc.	Vitória da Conquista	v. 5	n. 1	p. 119-131	2005
------------------------	----------------------	------	------	------------	------

apreciação remontem ao século XIII, as criações autenticamente nacionais do gênero são produtos do século XVI.

A vigorosa produção e circulação do gênero na Península Ibérica durante todo o século XVI não deixou de inquietar estudiosos.¹ Na esteira do **Tirant lo Blanc**, de Joanot Martorell (1490), e do **Amadis de Gaula**, de Garcí Rodriguez de Montalvo (1509), portugueses e espanhóis escreveram dezenas de novelas de cavalaria que se constituíram em capítulo importante, apesar de pouco conhecido, da literatura quinhentista, particularmente das letras lusas.²

Intrigantemente, Menendez y Pelayo (1946), não atento a esse fato, afirma uma decadência do gênero e a associa às proezas históricas realizadas por portugueses e espanhóis. A coexistência de tais façanhas com a popularidade dessas novelas, prenes de ingredientes irrealistas, invalidam tal tese. A quantidade de narrativas produzidas é testemunho de que atendiam a uma demanda que correspondia à sensibilidade dos leitores do período.

As conquistas portuguesas de além-mar, contrariamente à opinião de Menendez y Pelayo, constituem-se em uma das motivações para que o século XVI seja nomeado a “época de ouro” das novelas de cavalaria lusas. Para compreender essa relação e ingressar na visão de mundo do português renascentista, utilizamos o conceito de imaginário³ na análise da **Crônica do Imperador Clarimundo**,⁴ novela publicada em 1520 e configurada conforme o aspecto dual que presidiu a Renascença portuguesa: valorização do espírito greco-latino e ebulição de uma épica fortemente arraigada nas tradições do passado luso e inspirada nas grandes empresas que se tinha em mira.

Clarimundo, fonte e espelho do imaginário de uma época, é sustentáculo de uma leitura épica da aventura histórica das descobertas e conquistas portuguesas. Segundo Eduardo Lourenço (1999, p. 123), foi “a partir da encenação do imaginário da sociedade dos fins do século XV e dos começos

¹ Menendez y Pelayo considera que, excetuando quatro ou cinco obras, as novelas quinhentistas e seiscentistas são pobres de idéias e de estilo. O autor conclui sua exposição indagando: “como es posible que tan bárbaro y grosero modo de novelar coexistise en una civilización tan adelantada” como a do “siglo de oro?” (MENENDEZ Y PELAYO, 1946, p. 466-467). António J. Saraiva e Oscar Lopes (1989, p. 410) também não demonstram muito reconhecimento pelo gênero.

² Infelizmente, a maioria dessas novelas continua sem edição e desconhecida do público. Uma enumeração dessas novelas está acessível em Moisés (1959) e em Palma-Ferreira (1983).

³ Recorrendo aos termos de Hilário Franco Jr. (2003, p. 95-96) imaginário “é um sistema de imagens que exerce função catártica e construtora de identidade coletiva ao aflorar e historicizar sentimentos profundos do substrato psicológico de longuíssima duração”.

⁴ Para informações sobre a edição de **Crônica do Imperador Clarimundo** utilizada nas citações ao longo deste texto, cf. Referências Bibliográficas (BARROS, 1953).

do século XVI que se organizou a leitura épica da realidade nacional que conduzirá a **Os Lusíadas**". Dessa forma, a novela, escrita por um jovem cortesão, criado no coração da corte e pertencente à sociedade na qual se elabora a justificativa ideológica das práticas históricas e políticas, oferece uma imagem significativa e simbólica desse imaginário.

A narrativa, embora filiada ao maravilhoso característico das novelas de cavalaria, revela um propósito educativo-político que busca justificar a predestinação de Portugal ao Império. Por meio da figura simbólica de Clarimundo, o autor fornece um modelo de comportamento a ser seguido pelo príncipe D. João, futuro D. João III, a quem a novela é dedicada.

Obras didáticas que se propõem a orientar reis e príncipes remontam à Antigüidade clássica. Em Portugal, a dinastia de Avis foi a iniciadora e estimuladora dessa tradição, que se estendeu por um longo período. A obra de João de Barros filia-se a esta intenção didática: seu objetivo é direcionar a nobreza portuguesa, deslumbrada com a riqueza das conquistas ultramarinas, para o caminho da retidão moral, e, para tanto, o rei é o modelo a ser seguido.

No prólogo da obra, o escritor apela para a cumplicidade do leitor, apresenta sua crônica como traduzida do húngaro, insiste na relação entre o mítico e o histórico e chama a atenção dos incrédulos para as proezas de Clarimundo nas grandiosas conquistas da expansão ultramarina. Segundo o raciocínio, se o presente é espantoso, o passado também é maravilhoso; ou seja, apesar de a narrativa parecer cheia de fantasia, o passado é justificado pelo presente.

As palavras do narrador revelam a velha dicotomia existente entre imaginação e realidade, pois, desde que Aristóteles formulou o problema da *mimesis* ou da imitação, pesquisadores e críticos discutem a relação do texto estético, ficcional, com a realidade. Para Le Goff (1989; 1994), não há fantasia fora da historicidade, uma vez que não existem símbolos, mas simbolismos. Cada momento histórico dá ao símbolo, arquétipo ou modelo, uma determinada interpretação. No texto literário, a metáfora torna-se polissêmica, porque é somatória de uma série de realidades que cabe dissecar.

Assim, ao fundamentar as proezas passadas com as maravilhas do presente, João de Barros apresenta sua crônica como texto simbólico que opera a circularidade entre a aventura vivida por sua criação e a aventura autêntica, vivida pelos portugueses, que se desenrola diante de seus olhos. Os conquistadores e navegadores são relacionados aos cavaleiros andantes que defendiam seus territórios conduzidos pela sagrada missão de levar a fé cristã

a toda a Europa. A conquista dos novos territórios, embora visasse objetivos mercantis e políticos, tinha como justificativa maior a expansão do catolicismo, por isso a idéia de tempo aí implícita não é da cronologia, mas a de estruturas que evoluem muito lentamente na longuíssima duração da mentalidade.⁵

Evidencia-se o objetivo de manter vivo um ideal condensado na figura do cavaleiro, protótipo de perfeição moral e física. Quando todas as atenções estão voltadas para a apologia da Pátria, novos ingredientes são acrescentados a esse ideal que, alimentado com um incentivo constante e um corpo de idéias didático-moralísticas, aponta para a realidade do português do Renascimento. Voltado, com orgulho, para a corte e suas decisões sobre o gigantesco império colonizador, ele age, principalmente, impulsionado pela Fé que o leva à conquista não só para o engrandecimento da nação, mas também da religião de Cristo. Dilatar a Fé e o Império era o lema comum.

A argumentação implícita no Prólogo é que as conquistas do presente de Portugal ofuscam os feitos antigos. Portanto, grande responsabilidade recai sobre D. João III: ele deveria governar um reino destinado a Império do mundo. Clarimundo (luz do mundo) é a metáfora da dignidade, dos compromissos morais, religiosos e políticos impostos pela realeza. Assim, a predestinação apresenta-se logo no início da novela: os acontecimentos que antecedem ao nascimento de Clarimundo – a derrota da esquadra do capitão “Turco” que invadira o porto, a tempestade e o corisco que destruiu a mesquita com todos os seus devotos, seguidos de um claro alvorecer – sinalizam a missão que deveriam desempenhar o nobre cavaleiro e seus descendentes:

E porque este príncipe até aquele tempo a todas as criaturas em formosura venceu, [...] pôs-lhe a rainha por nome Clarimundo, que veio mui bem com todas as suas manhas e obras, que forma luz e claridade do mundo, que então se chama claro, quando os príncipes, que o governam, destroem aqueles que com seus malefícios o têm escuro.⁶

Em vários momentos da narrativa, o autor traz à tona, como um lembrete, os altos fins traçados para o cavaleiro, estabelecendo um trânsito contínuo entre ficção e realidade:

⁵ Consideramos mentalidade como o conjunto de comportamentos espontâneos, de heranças profundamente enraizadas, de sentimentos e formas de pensamentos comuns, e como instância que constitui os indivíduos de uma sociedade em sua coletividade (FRANCO JR, 2003, p. 94).

⁶ *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 1, p. 70.

Bem aventurado te debes chamar, pois a Divina Providência te criou para princípio de cristianíssimos e poderosos reis, e mais te confirmou com glória sem fim na entrada desta casa, onde receberás coroa ornada das virtudes que em si tem [...].⁷

Educado, desde a primeira infância, com o príncipe D. João e tendo exercido as atividades de camareiro e depois de administrador do Castelo de São Jorge da Mina (FIGUEIREDO, 1960, p. 142), João de Barros conhecia de perto a realidade da corte, bem como os interesses adjacentes à administração do reino e suas conquistas. A preocupação de Barros com os pesados encargos da regência e com o quanto ela exige de força, comedimento e honestidade é um ingrediente significativo de sua obra.

A mescla entre história e lenda, proporcionando a interseção de planos temporais, é o ponto de partida para a supervalorização de atitudes e comportamentos modelares não apenas do protagonista, mas também de seus companheiros. Tal estratégia possibilita que o narrador faça comparações entre o comportamento de personagens nos “tempos distantes” e o de cortesãos contemporâneos seus.

O espaço e o tempo em que se realizam as aventuras do perfeito cavaleiro denotam uma geografia e uma história lendárias, sem aparente relação com a realidade vivida no início do século XVI. Os fabulosos tempos pós-carolíngios ou das primeiras cruzadas são indiciados pelas referências aos governantes da França, Hungria e ao imperador da Grécia e Constantinopla. Uma época incerta, mítica, em que a cavalaria ainda não fora contaminada pelo interesse pessoal e pela ambição mercantilista dos Seiscentos, exemplificada, entre outras, pela passagem em que D. Dinarte, filho segundo do rei, descobre que Clarimundo é seu irmão primogênito desaparecido. O narrador, em tom moralista, atenta para a diferença entre o passado e o presente quando se trata da qualidade cavaleiresca verdadeira, espiritual:

Quando D. Dinarte acabou de ouvir o que ela sobre este caso lhe contou, com muito prazer deu graças a Deus, que o fizera irmão de tal cavaleiro, e dizia que não era sem causa ter-lhe já dantes muito amor, pois tanta razão havia entre eles, e outras coisas que o prazer faz dizer aos homens que têm muito amor, a causa por que o sentem, como este cavaleiro a seu irmão tinha, sem lhe lembrar que era herdeiro, cousa que os homens mui

⁷ Crônica do Imperador Clarimundo, v. 1, p. 323.

asperamente sofrem. Mas como o tempo que estes seguiam as armas, mais estimavam a glória delas, que as grandes heranças, é de crer ser isto assim.⁸

Ou ainda, quando se refere ao amor entre os irmãos: “Grande bem para exemplo dalguns, que negam às vezes o amor de seu sangue, por cobiça e inveja de pequenas cousas”.⁹

A experiência concreta de João de Barros infiltra-se, ainda, na ficção com a presença constante do “Turco”. Desde o episódio do nascimento do herói, esta figura representa as dificuldades e os inimigos que o cavaleiro deve vencer e que, por extensão, são os mesmos enfrentados por Portugal no século XVI. O termo, com sua carga toponímica, denomina, primeiramente, os muçulmanos, mas também pode designar todos os povos não cristãos, inimigos do império. Assim, quando o imperador Clarimundo luta, com sucesso, contra os inimigos de sua nação e de sua religião, o episódio relembra a ocupação moura na Península Ibérica,¹⁰ ainda muito recente, e que representava constante ameaça aos domínios portugueses na Ásia e na África. A “nova cruzada”, no século XVI, é fora de portas, contra um inimigo que é, ao mesmo tempo, dono da terra e de uma religião contrária:

E assim também como os reis portugueses, que de ti hão-de proceder, lançarão de suas terras a esta danada seita, e entrarão nas partes da África, Ásia, regando os campos com o sangue desta bárbara gente, assim os reis da Hungria donde tu descendes, ficarão nestas partes de Grécia sustendo o ímpeto de todos os Turcos.¹¹

Embora, na ficção, o descendente mítico dos reis portugueses nunca conheça a derrota, João de Barros tem à vista a realidade de sua época e não ignora as batalhas perdidas no projeto de expansão ultramarina. O empreendimento português recentemente frustrado, no momento da publicação da obra, está ligado diretamente aos inimigos identificados pelo “Turco”. A tentativa de conquista de Mamora e Anafé – respectivamente, Marraquexe e Casablanca – no Marrocos, em 1515, revelou a fragilidade da

⁸ *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 1, p. 263.

⁹ *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 1, p. 237.

¹⁰ Não se pode definir, de modo preciso, a extensão da presença dos mouros na Península Ibérica, uma vez que esta se apresentou de forma diversa, de região para região. Pode-se, no entanto, afirmar que, pelo menos no sul da Península, a ocupação moura principiou no século VIII e estendeu-se até o século XIII, excetuando Granada, que só foi totalmente recuperada pela cristandade no século XV (Cf. SERRÃO, 1979, v. 2, p. 240-245).

¹¹ *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 2, p. 208.

situação portuguesa e o alto preço pago para proteger e manter as cidades conquistadas que viviam sob constante ameaça de retomada.

As preocupações do autor apontam para um outro elemento do Quinhentismo: a consciência do valor individual e da responsabilidade decorrente do “livre arbítrio”, que resulta no caráter pedagógico já mencionado. Os capítulos configuram-se como um corpo de doutrina plasticamente exemplificado por uma série de aventuras – contos ou exemplos, ligados entre si pela característica de apresentarem uma finalização com uma sentença moral – como se cada episódio consistisse em um modelo a ser seguido, como se percebe nas passagens indicadas abaixo:

Portanto, creiam com certeza que ainda que os maus sejam aqui em algumas cousas prevalecidos, por força hão-de ser castigados, porque lei justa é pagar com bem a quem o sempre obrou, e com mal a quem o merece.¹²

Clarimundo pelo bem que lhe queria a levantou nos braços mostrando-lhe muito agasalhado, que pareceu a todos mui bem aquele amor, e louvaram-no de humano; e não era sem causa fazer ele isto, pois tanto o príncipe descende de mais real sangue tanto é mais humano e cortês.¹³

[...] muita gente posta debaixo da bandeira real, outros cavaleiros sob as de seus capitães, todos postos em ordem mui concertada, que sem ela todas as cousas, por grandes e fortes que sejam, têm a destruição certa e a salvação duvidosa.¹⁴

A maneira como é organizada a obra, que pressupõe o domínio do corpo e da alma para o exercício da governança, ratifica a intenção pedagógica de fornecer um modelo de educação para o rei. Essa necessidade de domínio sobre si mesmo denota também as modificações sofridas pela novela, tendo como referência sua forma medieval, na mentalidade quinhentista: a predestinação, ingrediente fundamental na construção do herói Galaaz, no século XII, não é determinante nesse novo contexto. Embora tenha nascido para ser rei, Clarimundo deve corresponder a essa responsabilidade por seu próprio esforço, sob pena de levar o reino à ruína, porque é modelo a ser seguido pelos súditos.

Há um apelo à consciência do indivíduo, chamando a atenção para a importância do valor pessoal como resultado do esforço de cada um. Por isso, os incentivos à pureza de espírito e à determinação, identificados como

¹² *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 1, p. 108.

¹³ *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 2, p. 278.

¹⁴ *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 3, p. 212.

segredos da vitória, são constantes: “nunca cavaleiro que a ela [Ilha Perfeita] viesse ganhou honra que vós com vosso esforço e virtuoso coração ganhastes”.¹⁵; ou, em outra passagem: “o esforço de seu magnânimo coração tornou logo a acudir tão preste”.¹⁶

Não basta, pois, ser um bravo guerreiro. O rei deve também ser virtuoso para que domine as paixões, principalmente aquelas advindas do poder. A preocupação, fundamental em João de Barros, condiciona o plano geral da obra, dividindo o aprendizado do herói em três etapas, conforme o modelo aristotélico.

O Livro I trata do adestramento do corpo: Clarimundo é um valoroso guerreiro que vence todas as etapas de seu aprendizado como cavaleiro. Rumo ao modelo de regente perfeito, ele protagoniza episódios que se destacam pelo sentido épico, pois o objetivo final de seu aprimoramento é fazer cumprir os sinais e profecias, manifestados em seu nascimento, a respeito de seu destino glorioso. A conclusão dessa primeira etapa da aprendizagem é elucidativa da intenção moralista: em uma ilha, o jovem vence os defensores de casas que representavam as sete virtudes. Como essas casas haviam sido encantadas, só poderia vencer seus guardiões e adentrá-las quem possuísse a virtude que as identificava. A mensagem implícita, ao término dessa etapa, é a necessidade de o regente ser dotado da perfeição de caráter advinda da conquista das sete virtudes.

Encerrada a aprendizagem do corpo, deve-se cuidar da alma; para tanto, o cavaleiro trilha os caminhos da conquista amorosa, tema do Livro II. Nessa etapa, Clarimundo luta contra as negativas da princesa Clarinda, filha do rei da Grécia, por quem se apaixonara. Ele enfrenta dificuldades quase intransponíveis – como o feitiço do esquecimento – para honrar seu amor e, quando vence todos os obstáculos e conclui seu aprendizado amoroso, alcança o domínio sobre o espírito; daí a jovem donzela sempre ser nomeada pelo herói como “segredo de sua alma”.

O Livro III representa a culminância da trajetória educativa do herói: para ser rei é preciso a comunhão ideal entre o corpo e o espírito, sem o que não é possível a plenitude, condição imprescindível à realeza. Assim, antes de assumir o trono, o cavaleiro finalmente encontra-se com o sábio Fanimor,

¹⁵ *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 1, p. 322.

¹⁶ *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 2, p. 202.

que o leva às terras do futuro reino de Portugal. Lá, do alto da Roca de Sintra, onde se viam terra e mar, o mago revela o futuro grandioso da linhagem dos reis portugueses, futuros descendentes de Clarimundo.

A profecia do sábio, nessa perspectiva, é a resposta esclarecedora de todas as dúvidas mantidas em suspenso ao longo da narração; ou seja, assim como o aprendiz do cavaleiro encerra-se no Livro III, a profecia de Fanimor esclarece sua predestinação. Clarimundo deve corresponder aos pesados encargos da governança: ele, agora, decide casamentos, planeja a defesa do reino, lidera batalhas e, principalmente, tem profunda consciência das próprias responsabilidades. O episódio em que nosso herói, já casado e atuando como rei, repreende Clarinda por lamentar sua partida para uma nova batalha ilustra que a preocupação primeira de um governante deve ser o bem-estar de seus súditos.

Minha senhora, peço-vos que com mais moderação sintais a pena de minha partida, que grande diferença há do meu estado passado ao presente; porque então com menos desonra poderia deixar algumas coisas, pois o amor de minha mancebia me desculpava. Agora, é necessário suprir com minha honra, porque a vossa não descaia do estado em que está; portanto, peço-vos que o não esteja a razão, para deixardes de fazer aquilo a que sois obrigada, principalmente em agasalhar a estes senhores e senhoras que já agora é necessário olhardes por eles como por cousa vossa [...].¹⁷

O protagonista reúne, portanto, duas vertentes míticas: por um lado, é exemplo de perfeição física e espiritual, segundo a tradição cavaleiresca; por outro, é a origem de um povo, o ancestral dos futuros reis de Portugal. Do mesmo modo, as duas lendas genealógicas referentes a Henrique de Borgonha, fundador de Portugal, são reunidas na narrativa: pelo ramo paterno, Clarimundo descende dos reis da Hungria e, pelo ramo materno, pertence à casa dos imperadores gregos. A grandeza de Portugal, florescente no século XVI, procede de uma genealogia imaginária também grandiosa.

A literatura genealógica portuguesa, entre os séculos XIII e XIV, adquiriu um significado especial e alcançou grande desenvolvimento porque estava relacionada à expressão da ideologia da classe nobiliárquica, estimulada pelas ameaças impostas pelas tensas relações com o poder régio e pelo novo modelo econômico, baseado na moeda e no lucro, que causou a ascensão de uma nova nobreza.

¹⁷ *Crônica do Imperador Clarimundo*, v. 3, p. 255.

Para José Mattoso, a literatura genealógica, juntamente com a poesia trovadoresca, expressa a enorme pujança e vitalidade da classe nobre portuguesa, vitalidade esta que, no século XVI, redundaria no aparecimento de “uma numerosa pléiade de genealogistas que renovam o género, com propósitos diferentes e noutro contexto cultural” (MATTOSO, 1980, p. 38).

A **Crônica do Imperador Clarimundo** revela esse novo contexto no qual a intenção está ligada à atmosfera de ufanía heróica das navegações e às conquistas que conduzirão à epopéia nacional, ou seja, à apologia de um passado grandioso que justifique e, por conseguinte, sinalize as maravilhas futuras. Ao mesmo tempo, a **Crônica** relaciona-se ao interesse de acentuar o carácter sagrado da família real por meio de sua origem mítica ligada a casas reais do Oriente, em especial, da Hungria que, segundo Fidelino de Figueiredo (1950, p. 239), “era o país vago das genealogias forjadas”. Por outro lado, reflete também o “desejo de subordinar a memória de feitos heróicos individuais praticados no passado à memória familiar dos reis e príncipes então reinantes, aparecendo como suseranos instigadores de acções gloriosas” (KRUS, 1985, p. 4).

Clarimundo simboliza a síntese da origem mítica do reino português, que é resultado dos feitos de diferentes heróis, pois, além de a fundação da casa real portuguesa estar filiada a “cristianíssimos reis”, a novela ainda se refere às lendas da fundação de Portugal por troianos, companheiros de Enéas, e por Ulisses, ao aportar em Lisboa.¹⁸

O reconhecimento, por parte de Clarimundo, da profunda responsabilidade que carrega e, por extensão, todos os reis de Portugal e seus futuros descendentes, fecha o conjunto:

Em boa verdade, disse Clarimundo: eu sou posto em maior cuidado, do que estes dias tinha; porque a grandeza de tão maravilhosas cousas [futuras proezas dos portugueses] me não deixa cuidar em al. E pois o eterno Deus assim o ordena.¹⁹

Desse modo, a **Crônica** não se configura somente como “mais um” romance de cavalaria nos moldes do **Amadis**, ideal do perfeito cavaleiro e amante; é também a alegoria do sonho imperial português, de sua vocação ao “império universal”.

¹⁸ Cf. **Crônica do Imperador Clarimundo**, v. 3, Cap. 4.

¹⁹ **Crônica do Imperador Clarimundo**, v. 3, p. 112.

A vasta fortuna que conheceu a obra, no século XVI, revela o interesse do público pelo louvor de um tempo ido, dos ideais cavaleirescos, em censura aos conceitos morais coetâneos. Apesar de as conquistas e vitórias guerreiras dependerem de estratégias e técnicas coletivas, e não mais do heroísmo individual, a figura do cavaleiro permanece presente no imaginário, valorizada como um modelo de retidão e comportamento a ser seguido pelo rei e seus súditos, que devem levar “a verdadeira fé” aos novos territórios conquistados. A obra delineia, ainda, como a nova nobreza, oriunda das navegações, procura reproduzir os modelos propostos pela ideologia herdada da época anterior para justificar seu enriquecimento e sobrepujar a velha nobreza preocupada em defender seu prestígio (MATTOSO, 1980, p. 368).

Portanto, na novela **Crônica do Imperador Clarimundo**, bem como em outras, suas contemporâneas, que apresentam o mesmo cunho pedagógico, exemplo e doutrina aliam-se para fornecer ao homem do tempo um caminho a seguir, já que as descobertas ofuscavam o seu espírito, dando-lhe a enganadora euforia que a revelação de novos mundos comporta. Embriagado de suas conquistas, esse homem vivia a ocasião propícia para esquecer os valores e tradições. Um corpo de idéias, uma orientação premunidora, eis o que faltava àquela aventura no desconhecido. Foi o que João de Barros intentou forjar com sua produção literária “fantasiosa”, mas de caráter pedagógico, misto do passado medieval cristão e das novas conquistas, que, ironicamente, em vez de proporcionar a salvação de Portugal de seu amargo fim, impediu-o de ver o que os mais avisados temiam: o perigo de crer, sem restrições, na permanência do gigantismo português. Perigo tragicamente confirmado em Alcácer-Quibir.

THE CHRONIC OF THE PORTUGUESE IMPERIAL DREAM

ABSTRACT

*This paper explains how the oversea conquests constitute one of the motivations for the 16th century to be considered the golden years of the Portuguese novels of cavalry. To understand this relation, we analyze the novel **Crônica do Imperador Clarimundo** which expresses the dual aspect in which the Portuguese Renaissance was presided: valorization of the greco-roman spirit and the boiling of a strong epic in the past tradition of the Portuguese people. The masterpiece shows the intention to keep alive an ideal condensed in the figure of*

the knight, archetype of moral and physical perfection. When all the attentions are turned back to the apology of the native land, new ingredients are increased to this ideal which is fed by the didactic and moralistic ideas that try to supply a guideline of direction to mankind.

KEY-WORDS: *Epic. Novel of Cavalry. Portuguese Empire. Renaissance*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, João de. **Crônica do Imperador Clarimundo**. Lisboa: Sá da Costa, 1953.

FIGUEIREDO, F. de. **A épica portuguesa no século XVI**. São Paulo: Boletim n. 101 da FFLCH/USP, 1950.

_____. **História literária de Portugal (séculos XII-XX)**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

FRANCO JR., H. O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu. Reflexões sobre mentalidade e imaginário. **Signum**, n. 5, p. 73-116, 2003.

KRUS, L. A morte das fadas: a lenda genealógica da Dama do Pé de Cabra. **Ler História**, v. 6, p. 3-34, 1985.

LE GOFF, J. **O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.

LOURENÇO, E. Clarimundo: simbologia imperial e saudade. In: _____. **Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade**. Lisboa: Gradiva, 1999.

MATTOSO, J. Os livros de linhagens portugueses e a literatura genealógica europeia da Idade Média; Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade. In: _____. **A nobreza medieval portuguesa**. A família e o poder. Lisboa: Estampa, 1980.

MENENDEZ PELAYO. **Orígenes de la novela**. v. 1. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946.

MOISÉS, M. A novela de cavalaria portuguesa: achega bibliográfica. **Revista de História**, 29, p. 47-52, jan/mar 1959.

PALMA-FERREIRA, J. Prefácio. In: **Crônica do Imperador Clarimundo**. Transcr. de L. C. Dias e rev. de F. F. de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda; Biblioteca Nacional, 1983. p. 9-71.

SARAIVA, A. J.; LOPES, O. **História da literatura portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1989.

SERRÃO, J. V. **História de Portugal**. 5 v. Lisboa: Verbo, 1979.